

# TEXTO 12

## MÓDULO 12 - A DEMOCRATIZAÇÃO OU RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

É possível democratizar a democracia? Os problemas da democracia representativa podem ser solucionados nos marcos da própria democracia representativa? Esses problemas podem ser solucionados com a abolição de democracia representativa? É possível reinventar a democracia?

# MÓDULO 12

## A DEMOCRATIZAÇÃO OU RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

É possível democratizar a democracia? Os problemas da democracia representativa podem ser solucionados nos marcos da própria democracia representativa? Esses problemas podem ser solucionados com a abolição de democracia representativa? É possível reinventar a democracia?

## ADVERTÊNCIA ANTES DE COMEÇAR A LEITURA

Todos os textos refletem as opiniões de seus autores. Isto vale, é claro, para o texto apresentado a seguir. Nenhuma pessoa é obrigada a concordar com as visões expostas aqui e nem será cobrada por saber reproduzir tais visões, que permanecem abertas à questionamentos de forma e conteúdo.

## É POSSÍVEL DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA?

*“The idea of democracy is a wider and fuller idea than can be exemplified in the State even at its best. To be realized it must affect all modes of human association...”* John Dewey (1927) in *“The Public and its Problems”*

Já virou lugar comum fazer declarações em prol de uma democracia mais participativa, em que os cidadãos possam exercer seu poder de fiscalização, de proposição e de ação para melhorar suas condições de vida e de convivência social e não apenas serem chamados a votar periodicamente. Essa democracia mais participativa seria uma democracia radicalizada, no sentido de mais-democratizada.

O que talvez ainda não se tenha percebido claramente é que a democracia já pode ser radicalizada localmente, mesmo quando, institucionalmente, nos países que a adotam, ainda permaneça restrita – sob o influxo de concepções liberais – às conhecidas formas representativas de legitimação de governos.

A democracia, no sentido “forte” do conceito (como sistema de convivência ou modo de vida comunitária que, por meio da política praticada *ex parte populis*, regula a estrutura e a dinâmica de uma rede social) depende da existência da democracia em seu sentido “fraco” (como sistema representativo de governo popular); ou seja, sem democracia liberal não pode haver democracia radical. Em outras palavras, ainda: só é possível radicalizar a democracia enquanto existir essa democracia formal, da qual sempre se diz – lembrando o juízo de Churchill – que é o pior regime do mundo excetuando-se todos os outros.

Se já é possível, sim, radicalizar a democracia, tal possibilidade existe na exata medida em que as instituições e procedimentos da democracia liberal não forem pervertidos e degenerados pela prática da política como uma ‘continuação da guerra por outros meios’ (a fórmula inversa de Clausewitz-Lenin).

Mas se a democracia pode ser radicalizada – não, por certo, imediatamente no âmbito da política de Estado e sim na base da sociedade – isso tende a ocorrer em redes mais distribuídas do que centralizadas. E que essa democracia radicalizada – no sentido de democratizada – é, necessariamente, uma democracia cooperativa.

Uma argumentação mais rigorosa, capaz de sustentar essa hipótese deveria, como sugeriu Axel Hooneth comentando a contribuição de John Dewey à teoria da democracia, tentar abrir um novo caminho entre o republicanismo de Hannah Arendt e o procedimentalismo de Jürgen Habermas, sem deixar de reconhecer os acertos das críticas desses pensadores às formas liberais de democracia, mas, também, sem satanizar às concepções que dão sustentação à concepção liberal, desqualificando-as de modo simplista (como parece estar na moda em certos meios nos dias de hoje) como meros artifícios de dominação das elites (1). Deveria mostrar que, de um ponto de vista teórico, sem o liberalismo político não poderia ser colocada, em sociedades complexas, a questão da democratização da democracia. E que, de um ponto de vista prático, sem a democracia que conhecemos (a democracia realmente existente nos países contemporâneos que a adotam; ou seja, sem a democracia no sentido “fraco”) não se pode tentar radicalizar a democracia (ou seja,

ensaiá-la em seu sentido “forte”), nem mesmo em âmbitos localizados da sociedade civil.

Tal esforço teórico implicaria uma análise de fundamentos da democracia e requereria uma reavaliação de seus pressupostos. Pois diga-se o que se quiser dizer, não há como negar que as concepções de democracia que comparecem no debate político contemporâneo estão assentadas sobre pressupostos socioantropológicos que, em geral, permanecem ocultos. O que funda o humano e o social? O ser humano é competitivo ou cooperativo? Inerentemente ou contingentemente? Como essas perguntas não constituem, *stricto sensu*, objetos do estudo da política, os pensadores políticos não costumam tentar respondê-las, o que não significa que, ao teorizarem sobre a democracia, não o façam a partir das respostas que têm para elas, que (conquanto, em geral, eles próprios não saibam bem de onde vieram) remanesçam de algum modo em suas cabeças.

Sim, existem teorias da competição (e da cooperação) subsumidas nas teorias da democracia, mas tais teorias raramente se explicitam. O biólogo chileno Humberto Maturana vem fazendo um esforço, nos últimos vinte anos, para abordar a questão da democracia de um modo que não elida o exame de seus pressupostos cooperativos. Em “Amar e Brincar” (1993) ele escreveu que a democracia é um sistema de convivência “*que somente pode existir através das ações propositivas que lhe dão origem, como uma co-inspiração em uma comunidade humana*” pelo qual se geram acordos públicos entre pessoas livres e iguais em um processo de conversação

que, por sua vez, só pode se realizar na cooperação, a partir da aceitação do outro como um livre e um igual (2).

As considerações de Maturana sobre o papel da cooperação na fundação do social desembocam, inevitavelmente, em uma teoria da democracia. A democracia seria, para ele, um caso particular de mudança cultural, uma brecha no sistema do patriarcado que surge como uma ruptura súbita das conversações de hierarquia, autoridade e dominação que definem todas as sociedades pertencentes a esse sistema. Essa hipótese da “brecha” introduzida no modelo civilizacional patriarcal pela prática da política como liberdade, *i. e.*, da invenção da democracia e da radicalização da democracia como “alargamento da brecha”, fornece, talvez, a única base para explicar por que podem surgir sociedades de parceria no interior de sociedades de dominação, ou seja, por que podem surgir comunidades – compostas por conexões horizontais entre pessoas e grupos – e por que tais comunidades podem ser capazes de alterar a estrutura e a dinâmica prevalecentes nas sociedades, hierárquicas e autocráticas, de dominação. Segundo Maturana:

*"A democracia surgiu na praça do mercado das Cidades-Estado gregas, na ágora, na medida em quem os cidadãos falavam entre si acerca dos assuntos da sua comunidade e como um resultado de suas conversações sobre tais assuntos. Os cidadãos gregos eram gente patriarcal no momento em que a democracia começou a acontecer, de fato, como um aspecto da praxis do seu viver cotidiano... Sem dúvida, todos eles conheciam e estavam pessoalmente preocupados com os assuntos da comunidade acerca dos quais falavam e*

*discutiam. De sorte que o falar livremente sobre os assuntos da comunidade na ágora, como se estes fossem problemas comuns legitimamente acessíveis ao exame de todos, com certeza começou com um acontecimento espontâneo e fácil para os cidadãos gregos.*

*Porém, na medida em que os cidadãos gregos começaram a falar dos assuntos da comunidade como se estes fossem igualmente acessíveis a todos, os assuntos da comunidade se converteram em entidades que se podiam observar e sobre as quais se podia atuar como se tivessem existência objetiva em um domínio independente, isto é, como se fossem "públicos" e, por isso, não apropriáveis pelo rei.*

*O encontrar-se na ágora ou na praça do mercado, fazendo públicos os assuntos da comunidade ao conversar sobre eles, chegou a converter-se em uma maneira cotidiana de viver em algumas das Cidades-Estado gregas... Mais ainda, uma vez que esse hábito de tornar públicos os assuntos da comunidade se estabeleceu, por meio das conversações que os tornava públicos, de uma maneira que, constitutivamente, excluía estes assuntos da apropriação pelo rei, o ofício de rei se fez, de fato, irrelevante e indesejável.*

*Como consequência, em algumas Cidades-Estado gregas, os cidadãos reconheceram essa maneira de viver por meio de um ato declaratório que aboliu a monarquia e a substituiu pela participação direta de todos os cidadãos em um governo que manteve a natureza pública dos assuntos da comunidade, implícita já nessa mesma maneira cotidiana de viver; e isso ocorreu mediante uma declaração que,*

*como processo, era parte dessa maneira de viver. Nessa declaração, a democracia nasceu como uma rede pactuada de conversações, que:*

*a) realizava o Estado como um modo de coexistência comunitária, no qual nenhuma pessoa ou grupo de pessoas podia apropriar-se dos assuntos da comunidade, e que mantinha estes assuntos sempre visíveis e acessíveis à análise, ao exame, à consideração, à opinião e à ação responsáveis de todos os cidadãos que constituíam a comunidade que era o Estado;*

*b) fazia da tarefa de decidir acerca dos diferentes assuntos do Estado responsabilidade direta ou indireta de todos os cidadãos;*

*c) coordenava as ações que asseguravam que todas as tarefas administrativas do Estado fossem assumidas transitoriamente, por meio de um processo de escolha, no qual cada cidadão tinha de participar, como um ato de fundamental responsabilidade" (3).*

Para Maturana,

*"o fato de que, em uma Cidade-Estado grega, como Atenas, nem todos os seus habitantes fossem originalmente cidadãos, senão que o fossem somente os proprietários de terras, não altera a natureza fundamental do acordo de coexistência comunitária democrática como uma ruptura básica das conversações autoritárias e hierárquicas de nossa cultura patriarcal europeia... E o fato de que democracia é, de fato, uma ruptura na coerência das conversações patriarcais, ainda que não as negue completamente, se faz evidente,*

*por um lado, na grande luta histórica por manter a democracia, ou por estabelecê-la em novos lugares, contra um esforço recorrente por reinstalar, em sua totalidade, as conversações que constituem o estado autoritário patriarcal e, por outro lado, na grande luta por ampliar o âmbito da cidadania e, portanto, a participação no viver democrático para todos os seres humanos, homens e mulheres, que estão fora dela" (4).*

É óbvio que não se pode dizer que tudo aconteceu exatamente assim, nem tentar justificar o aparecimento da democracia entre os gregos, a partir de uma avaliação distintiva do nível de seu capital social inicial. A democracia – reconheceu o próprio Maturana – é *“uma obra [arbitrária] de arte, um sistema de convivência artificial, gerado conscientemente”* (5). Ou seja, aconteceu na Grécia porque os gregos quiseram que acontecesse.

O filósofo americano John Dewey, a partir do final da década de 1920, já havia colocado a questão das relações entre democracia e vida comunitária. No livro *“O Público e seus Problemas”* (1927) ele escreveu que *“vista como uma ideia, a democracia não é uma alternativa a outros princípios da vida associativa. É a própria ideia de vida comunitária”* (6). No final dos anos 30, no artigo *“Democracia Criativa”* (1939) ele acrescentaria que na democracia o que se busca é a *“cooperação amigável”*, já que ela é um modo de vida sujeito ao conflito, mas também à possibilidade de aprender alguma coisa com aqueles de quem discordamos, fazendo deles amigos em potencial (7).

É possível mostrar que democracias radicalizadas (altamente democratizadas) podem se exercer em redes (altamente distribuídas), tanto mais democratizadas quanto maior for o grau de distribuição dessas redes.

## **OS PROBLEMAS DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA PODEM SER SOLUCIONADOS NOS MARCOS DA PRÓPRIA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA?**

Não é de hoje que se apontam vários problemas na democracia inventada pela segunda vez pelos modernos. Ficou tão célebre quanto batida a frase de Winston Churchill, pronunciada em 11 de novembro de 1947, na House of Commons: *"Democracy is the worst form of government, except for all those other forms that have been tried from time to time."*

A questão é saber quais são esses problemas, se eles podem ser resolvidos, se eles podem ser resolvidos com a abolição da democracia representativa ou se eles podem ser resolvidos nos marcos da própria democracia representativa.

Dentre os vários problemas detectados na democracia representativa, pelo menos dois - talvez os dois problemas principais - são de difícil solução nos marcos da própria democracia representativa, mas também não podem ser solucionados com a abolição da democracia representativa.

Esses problemas são:

a) a democracia representativa acaba sendo confundida pelos seus atores - para todos os efeitos práticos - com sistema eleitoral, não tendo proteção eficaz contra o uso da democracia (notadamente das eleições) contra a própria democracia; e

b) a democracia representativa, ao virar um modo político de administração de uma estrutura desenhada para a guerra (o Estado-nação), adotou, ela própria, uma dinâmica adversarial (dita competitiva) que dificulta a constituição de um sentido público.

Remanesce ainda um terceiro problema, herdado da primeira invenção da democracia pelos atenienses: a democracia não tem proteção eficaz contra o discurso inverídico, sobretudo contra o populismo, o que realimenta o primeiro problema mencionado (o do uso das eleições contra a democracia).

Como esses problemas refletem falhas estruturais (vale dizer, "genéticas") e se constituem como erros de projeto, não é possível resolvê-los aperfeiçoando os mecanismos da democracia representativa. São limites ao processo de democratização entendido como movimento constante ou intermitente de democratização da democracia ou de desconstituição de autocracia.

Se os problemas apontados acima não podem ser resolvidos satisfatoriamente nos marcos da própria democracia representativa, então é sinal de que sua solução só poderá ser alcançada nos marcos de uma nova democracia; ou melhor: de novas experimentações - no plural - de democracia.

## **OS LIMITES DO SISTEMA REPRESENTATIVO À CONTINUIDADE DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO**

A democracia não é uma sociedade ideal. A democracia é um movimento de desconstituição de autocracia. Ou seja, é o processo de democratização. Só por isso podemos chamar com a mesma palavra (democracia) o processo que ocorreu entre 509 e 322 em Atenas (e, talvez, adjacências), naquela experiência fundante que foi ensaiada pelos antigos gregos para retirar do poder e impedir a volta da tirania de Psístrato e seus filhos e as tentativas dos modernos de refrear o poder despótico de Carlos I, na Inglaterra (quando a democracia foi reinventada como democracia representativa, constringendo-se a ser uma forma de administração de uma estrutura guerreira, nascida da paz de Westfalia, chamada Estado-nação), ou às tentativas de estabelecer um regime ex parte populis em outros lugares da Europa e, sobretudo nos Estados Unidos. Foi essa segunda democracia que se expandiu, notadamente no século 20, para outros países, constituindo Estados democráticos de direito minimamente capazes de observar a liberdade, a publicidade ou transparência, a eletividade, a rotatividade ou alternância, a legalidade e a institucionalidade e, como consequência de todos esses princípios ou critérios, a legitimidade.

Mas as democracias realmente existentes (coexistindo num mundo onde remanescem 60 ditaduras e pouco mais de um centena de regimes híbridos: autocracias em processo de democratização, democracias em

processo de autocratização, protoditaduras, democracias flaweds e democracias parasitadas por governos neopopulistas manipuladores) não são regimes perfeitos. Nelas o processo de democratização (que é, de fato, o que devemos entender quando falamos de democracia) é fortemente constrangido pelas remanescências hierárquicas e autocráticas que estão presentes no Estado-nação. Assim, remanescem também, em maior ou menor grau, quistos autocráticos, dinâmicas autocráticas e, conseqüentemente, comportamentos autocráticos nas democracias realmente existentes (em especial aqueles voltados para a guerra, quer dizer, para a construção e manutenção de inimigos como pretexto para organizar cosmos sociais segundo padrões hierárquicos regidos por modos autocráticos de regulação: a guerra quente, a guerra fria e a política praticada como arte da guerra, quer dizer, como continuação da guerra por outros meios). Acrescente-se que mesmo essas tentativas fugazes de adotar a democracia (ou experimentar processos de democratização) nunca conseguiram se exercer no plano internacional, onde vige a política do equilíbrio competitivo ou realpolitik (que é autocrática).

Portanto não há um modelo de democracia que possa servir de referência para dizer o que é e o que não é democracia. Toda vez que o processo de democratização consegue, mesmo intermitentemente, prosseguir, dizemos que estamos numa democracia, devendo-se entender por isso o seguinte: estamos conseguindo tornar modos de regulação de conflitos menos autocráticos e padrões de organização menos hierárquicos, nada

garantindo, porém, que vamos definitivamente para o céu: sempre pode haver retrocesso quando - no caso da democracia dos modernos (a democracia representativa realmente existente nos países que a adotam) - restringe-se a liberdade, viola-se a publicidade, fraudada-se a eletividade, falsifica-se a rotatividade, descumpre-se a legalidade e degenera-se a institucionalidade. Quando algumas dessas coisas são feitas a partir de certo grau que começa a inviabilizar a continuidade do processo de democratização dizemos que não estamos mais numa democracia (ou seja, que a democracia que temos não está mais conformando-se como um ambiente favorável a caminharmos em direção à democracia que queremos). Mas os limites não são fixos.

Cabe frisar que se a democracia, no sentido forte do conceito, é um movimento de desconstituição de autocracia, tal processo se fragiliza toda vez que as eleições são usadas contra esse sentido. Como isso está ocorrendo com frequência, o sistema representativo está batendo nos seus limites. Sistemas eleitorais em países que não são democráticos estão sendo usados contra o processo de democratização que emerge das manifestações das sociedades por mais liberdade. Vejamos alguns exemplos recentes:

- ✓ Uma forte fermentação social eclodiu na Síria em janeiro de 2011, até que a guerra veio e matou a rede (sim, a guerra é feita para isso) e o pior momento para o possível florescimento de um processo de

democratização naquele país foi o 4 de junho de 2014 (dia da reeleição fajuta do ditador-genocida Assad).

- ✓ Um processo de democratização construído pela sociedade egípcia teve seu pontos fortes em 11 de fevereiro de 2011 na Praça Tahrir (que levou à queda do ditador Mubarak) e de novo em 30 de junho de 2013 em todas as cidades do Egito (que levou à queda de Morsi, o jihadista da Irmandade Muçulmana, mas não em 17 de junho de 2012, dia da sua eleição).
  
- ✓ O mesmo ocorreu em maio de 2013 na Turquia (mas não em 10 de agosto de 2014, dia da reeleição do protoditador Recep Erdogan).

É claro que - nos países formalmente democráticos - devemos defender a democracia que temos contra qualquer tentativa de autocratização. Mas sem deixar de reconhecer que a democracia que temos não está mais conformando um ambiente muito favorável à caminhada em direção à democracia que queremos. O que significa que o sistema não pode ser consertado por dentro, elegendo-se pessoas boas, como recomendam os que querem congelar uma forma de democracia (a democracia representativa) surgida no século 17. A questão é a continuidade do processo de democratização e não a manutenção de um modelo.

A continuidade do processo de democratização (ou de democratização da democracia) precisa das formas atuais da democracia realmente existente, mas não terá solução nos ambientes configurados por essas formas. Ou seja, se os problemas da democracia representativa não podem ser resolvidos com a abolição da democracia representativa, eles também não podem ser resolvidos nos marcos da própria democracia representativa. Os ápices da democracia estão hoje, portanto, nas novas experimentações de democracia que sejam: mais distribuídas, mais interativas, mais diretas, regidas mais pela lógica da abundância do que da escassez, mais vulneráveis ao metabolismo das multidões e mais responsivas aos projetos comunitários, mais cooperativas, mais diversas e plurais (não admitindo apenas uma única fórmula internacional mas múltiplas experimentações locais). Ora, tudo isso aponta para uma nova reinvenção da democracia.

## É POSSÍVEL REINVENTAR A DEMOCRACIA?

Sim, é possível reinventar a democracia. Se a democracia não pudesse ser reinventada, ela não poderia ter sido inventada. Ao dizer que a política é o que é, não havendo condições de mudar sua natureza (a relação amigo-inimigo), o realismo político está, na verdade, inoculando uma vacina contra as mudanças políticas democratizantes: está dizendo que a política será sempre o que foi e sempre como foi; ou como se avalia que sempre foi. Ora, na maior parte do tempo a política não foi democratizante: apesar da onda democrática mundial do último século, nos últimos seis milênios a democracia não passou de uma experiência localizada, frágil e fugaz. Depois da sua invenção pelos gregos, a tendência que vigorou amplamente foi a da autocratização e não a da democratização. Por isso teve razão Amartya Sen (1999) quando, perguntado sobre qual teria sido o acontecimento mais importante do século 20, respondeu de pronto: a emergência da democracia (8).

Em virtude de uma conjunção particularíssima – provavelmente fortuita – de variados fatores, sociedades humanas na antiguidade lograram abrir uma brecha na cultura autocrática (patriarcal, hierárquica e guerreira), ensaiando pactos de convivência estabelecidos em redes de conversações entre iguais, que aceitavam a legitimidade do outro e valorizavam sua opinião e não apenas o seu conhecimento técnico ou o seu saber científico ou filosófico. Registros históricos apontam que isso aconteceu em cidades gregas, a partir de 509 antes da Era Comum, mas não é improvável que tenha ocorrido também, de modo mais fugaz, em outras ocasiões e lugares (o relato profético da chamada Assembleia de Siquém,

ocorrida na Palestina entre os séculos 12 e 11 (?) a. E. C., talvez constitua um indício importante nesse sentido). Assim surgiu a democracia como uma experiência de conversação em um espaço público, quer dizer, no caso de Atenas, não privatizado pelo autocrata.

Circunstâncias históricas peculiares – que possibilitaram as reformas de Clístenes, de Efiltes e o início do protagonismo Péricles – geraram uma configuração singular, uma constelação particularíssima de fatores que permitiu a abertura da brecha democrática. O fato é que, do ponto de vista do padrão de organização, a democracia não teria surgido sem a formação de uma rede local com significativo grau de distribuição em Atenas. Em Atenas, as instituições democráticas foram criadas para afastar qualquer risco de retorno do poder exercido pelo tirano Pisístrato e seus filhos a partir da experimentação de redes de conversações em um espaço (que se tornou) público.

Quando a democracia começou a ser reensaiada para valer pelos modernos, a política tornou-se palco de uma tensão permanente entre tendências de autocratização e de democratização da democracia. Nada indica que essa tensão tenha desaparecido na contemporaneidade. Ainda que este seja um esquema explicativo, pode-se escrever a história da democracia como a história de um confronto, em que, de um lado, remanesciam as atitudes míticas, sacerdotais e hierárquicas que mantinham a tradicionalidade e, de outro, surgiam atitudes utópicas, proféticas e autônomas que fundaram a modernidade.

Toda vez que a rede social é obstruída, toda vez que se introduzem centralizações na teia de conexões ou de caminhos que ligam os nodos dessa rede distribuída, gera-se uma configuração mais favorável ao crescimento e a manifestação do poder vertical que está no “DNA” da civilização patriarcal e guerreira.

A democracia, como percebeu Humberto Maturana (1993), é uma brecha nesse paradigma civilizatório (9). Mas a brecha é a rede. Toda vez que uma rede distribuída se forma surge uma brecha, introduzindo um erro no programa de controle. Portanto, independentemente de se querer chamá-la simplesmente de democracia, de democracia radical, de democracia democratizada, de holarquia ou de pluriarquia, o fundamental é que a brecha está lá.

A brecha democrática não foi aberta de uma só vez. Ela foi aberta e fechada várias vezes. E continua, nos últimos dois ou três séculos, sendo alargada e estreitada de modo intermitente. Desse ponto de vista, o que chamamos de democratização nada mais é do que o processo de alargamento dessa brecha. Mas percebe-se que há um limite estrutural ao alargamento da brecha nos marcos da segunda invenção da democracia.

É a impossibilidade de continuar democratizando a democracia dos modernos que coloca na ordem do dia a possibilidade de reinventar, pela segunda vez, a democracia. A terceira invenção da democracia nada mais é, portanto, do que a continuidade do processo de democratização nas condições da contemporaneidade.

Mas é preciso entender bem o que são as condições da contemporaneidade. Não é mais conviver em um mundo único: agora serão *Highly Connected Worlds* (no plural mesmo); ou seja, em termos sociais, à medida que aumentam os graus de distribuição, de conectividade e de interatividade, a ilusão do mundo único criada pelo *broadcasting* (pela transmissão centralizada um-muitos das estruturas hierárquicas) vai se desfazendo e miríades de mundos sociais vão surgindo, sociosferas cada vez mais tramadas por dentro e conectadas para fora, porém peculiares. Assim, não teremos um tipo ou uma forma de democracia (como fizeram os antigos em Atenas ou como pretenderam fazer os modernos: exportando-a para todo o mundo na esteira da exportação do modelo europeu de Estado-nação).

A primeira democracia foi local. A segunda democracia tentou ser global (mas mal conseguiu se realizar plenamente em três dezenas de países e nunca logrou vigorar no plano internacional - onde impera a *realpolitik* do equilíbrio competitivo - a despeito da promissora evidência de que países democráticos não guerreiam entre si). A terceira democracia será glocal e isso significa dizer que não será "uma" democracia, não será "a" democracia. Não teremos uma fórmula aplicável a várias circunstâncias e, portanto, não será possível exportá-la, como tentaram os modernos. Somente será possível reinventá-la em cada glocalidade. E mesmo assim será possível chamar todas essas invenções de democracia (ou de democracia radicalizada, de democracia democratizada, de democracia cooperativa, de democracia interativa, de holarquia ou de pluriarquia) a não ser enquanto - e na medida em que - estiver em curso algum

movimento de democratização ou de desconstituição de autocracia como elemento essencial da constituição das formas políticas concretas que cada glocalidade inventou.

Surpreendentemente a terceira invenção da democracia é a desinvenção das formulas de democracia.

## É DESEJÁVEL REINVENTAR A DEMOCRACIA?

Uma última questão diz respeito a se é desejável reinventar a democracia. Ora, isso depende de quem deseja. Só podem desejá-lo os democratas que sentem limitações à continuidade do processo de democratização nos marcos da democracia realmente existente. Como a democracia não é uma necessidade (em termos econômicos), esse desejo não é generalizado. Pensando em termos de prosperidade econômica muitos não desejam a democracia como observou Ralf Dahrendorf (1995) ao citar o exemplo da Alemanha do pós-guerra (onde muitos viam a democracia e a prosperidade econômica como estando inseparavelmente interligadas). Para estes, diz ele, "a democracia é desejável apenas na medida em que ela produz prosperidade". Mas, como assinalou em seguida, "a liberdade não é fornecida... pela economia" e sim pelas ações dos cidadãos na sociedade civil.

Note-se a falta que deve ter feito à Sir Ralf o conhecimento, ainda não elaborado àquela altura, da nova ciência das redes. Ele falava disso - das redes sociais - ao constatar que a estabilidade das democracias depende de "uma sociedade civil ativa e vibrante", mas quando queria descrever a estrutura dessa sociedade civil não conseguia falar nada além de "livres associações escolhidas com liberdade". O que está correto, mas é insuficiente. A liberdade, já havia percebido Hannah Arendt em 1950, depende da forma como nos organizamos. Faltou as "*formen*". Não são quaisquer *formen*. A liberdade corresponde a determinadas *formen* - ou *topologien* - de rede. Se nos associamos hierarquicamente, mesmo na ausência de Estado, criamos superavits de ordem top down e

correspondentes déficits de liberdade. Por outro lado, não deixa de ser curioso o fato de que o Estado democrático de direito dependa de uma realidade extra-estatal para poder se manter, o que significa que essa realidade institucional não subsiste por si mesma. Dahrendorf não podia cogitar, naquela época, do ponto de vista que adotamos aqui, ou seja, da abordagem baseada no reconhecimento do condicionamento recíproco entre modo de regulação (político) e padrão de organização (social). Mesmo sem os conceitos, porém, de algum modo ele detectou tal liame.

Eis a transcrição de dois trechos da conferência proferida por Ralf Dahrendorf por ocasião do 50º aniversário do término da Segunda Guerra Mundial, organizada pela Cidade de Berlin, na Philharmonie, em 21 de abril de 1995:

*"A Alemanha é o exemplo supremo de um país onde a democracia e a prosperidade econômica foram vistas por muitos como estando inseparavelmente interligadas. Se uma delas não funciona, dúvidas serão lançadas também sobre a outra. E isso se aplica, principalmente, em uma das direções: se a prosperidade estiver ameaçada, a democracia é posta em questão. A democracia é desejável apenas na medida em que ela produz prosperidade.*

*Esse, no entanto, é um engano perigoso. Não há, na verdade, qualquer conexão causal entre democracia e crescimento econômico. É certo que ambos se baseiam na suposição de que, em um mundo de incertezas, é mais seguro confiar no jogo desimpedido das forças autônomas (limitadas por regras aceitas) do que tentar*

*planejar ou dirigir o mundo. Pode-se até supor que haja maior probabilidade de as democracias abrirem espaço para os mercados do que as ditaduras, e até mesmo de que as economias de mercado, mais cedo ou mais tarde, farão surgir as forças democráticas. Mas a Inglaterra foi uma democracia durante um longo tempo, sem que houvesse um crescimento econômico notável, e o mesmo é verdade quanto à Índia. Os "dragões" e os "tigres" do Sudeste Asiático, por outro lado, são economias em expansão sem que haja Estado de direito ou democracia.*

*Os argumentos econômicos, portanto, não nos oferecem razões satisfatórias ou âncoras firmes para o Estado de direito e a democracia. Se quisermos encontrar os motivos de o Estado de direito e a democracia serem preferíveis a qualquer outro sistema constitucional, teremos que pensar em termos de proteção contra o dogmatismo e a tirania, e do preço humano da falta de liberdade. Tem que ser possível derrubar governos por meio de eleições; de outro modo, os cidadãos ver-se-ão transformados em súditos. Enquanto se tratar de garantir a democracia e o Estado de direito, seria errado nos basearmos em cifras relativas ao Produto Interno Bruto e a seu crescimento. As democracias são estáveis onde existe uma sociedade civil ativa e vibrante. Nessas condições, nem tudo depende do Estado, aliás, a maior parte das coisas não depende dele. Os cidadãos vivem, basicamente, dentro e por meio de associações, as quais eles próprios criam e mantêm. O Estado contribui com as regras de ação pública e dá expressão ao desejo - à*

*necessidade - de uma esfera pública limitada, porém eficaz. Assim sendo, é dentro de um tal Estado que a sociedade civil prospera, numa situação de Estado de direito e de democracia.*

*O maior dos perigos para a democracia, nos dias de hoje, é que um grande número de pessoas chegou à seguinte conclusão: se a constituição da liberdade não aumenta nossa prosperidade, então não precisamos dela, não a queremos. Foi esse um dos grandes problemas da República de Weimar. É esse o problema da Espanha, ao fim da longa fase de prosperidade do governo Gonzales. Esse problema era previsível para os países liberados do comunismo de nomenklatura. E é, até um certo ponto, o problema das novas Länder alemãs. Talvez ainda cheguemos à conclusão de que a principal consequência da década de 1960 foi o fato de a sociedade civil ter-se firmado, de forma incontestável, na consciência da maioria. Isso inclui até mesmo as muitas vezes canhestras iniciativas cívicas, as manifestações ruidosas e, sobretudo a redução do Estado às suas devidas proporções. Pessoas livres não vivem da caridade e dos favores de outros, muito menos dos de seus amos políticos. Às vezes, elas estão bem financeiramente, e outras vezes nem tanto, mas seu desejo de dar forma a suas próprias vidas permanece intocado por conjunturas dessa natureza. Um real senso de liberdade, essa foi a grande conquista da história alemã do pós-guerra.*

[...]

*A liberdade não é fornecida pelo Estado e nem tampouco pela Economia, mas, no final das contas, apenas por nossas próprias ações; às vezes em contraposição às autoridades; às vezes juntamente com elas; embora, no mais das vezes, sem ela, pela simples razão de que somos cidadãos, cidadãos livres em associações escolhidas com liberdade" (10).*

## INDICAÇÕES DE LEITURA

1 - Todos os escritos políticos de John Dewey devem ser lidos: O Público e seus problemas (1927), Velho e novo individualismo (1929), Liberalismo e ação social (1935), A democracia é radical (1937) e Democracia criativa: a tarefa diante de nós (1939). Excertos desses textos podem ser encontrados no livro de Franco, Augusto e Pogrebinschi, Thamy (orgs.) (2008). Democracia cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey (Porto Alegre: ediPUCRS, 2008). Disponível no link abaixo:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/democracia-cooperativa-escritos-politicos-escolhidos-de-john-dewey>

2 - Não deixar de ler, pelo menos a primeira parte, do livro de Maturana, Humberto & Verden-Zöllner, Gerda (1993). *Amor y Juego: fundamentos olvidados de lo humano – desde el Patriarcado a la Democracia*. Santiago: Editorial Instituto de Terapia Cognitiva, 1997. Existe tradução brasileira: *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano – do patriarcado à democracia* (São Paulo: Palas Athena, 2004). Trechos da primeira parte do livro estão disponíveis no link:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/conversaes-matrsticas-e-patriarcais>

3 - Ler também: Maturana, Humberto (1993). *La democracia es una obra de arte*. Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio, 1993. Disponível em:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/a-democracia-uma-obra-de-arte>

## OUTRAS INDICAÇÕES

1 - Deve-se ler o artigo de Axel Honneth (1998): “*Democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje*” (publicado originalmente em “*Political Theory*”, v. 26, dezembro 1998) e traduzido na coletânea: Souza, Jessé (org.) (2001). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea* (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001).

2 - Questionando os limites da democracia realmente existente em face do ideal democrático, vale a pena ler o provocante livrinho do professor John Burnheim (1985), da University of Sydney, infelizmente ainda não traduzido, *Is Democracy Possible? The alternative to electoral politics* (Berkeley: University of California Press, 1989). E também a interessante (e quase já clássica) esquematização de David Held (1996), da London School of Economics: *Models of Democracy* (Cambridge: Polity, 1996).

3 - Valeria a pena, ainda, examinar a visão, ao mesmo tempo questionadora e pessimista, que pode ser encontrada em Jean-Marie Guéhenno. Guéhenno publicou dois ensaios importantes sobre “O fim da democracia” (1993) e “O futuro da liberdade” (1999). Escrito, o primeiro, no início dos anos 90, ainda sob o impacto da queda do Muro de Berlim, e o segundo, já no seu ocaso, sob o impacto do processo de globalização, os dois livros de Guéhenno são plenos de pistas para o questionamento das alternativas fundadas na liberdade. Ele parece convencido de que a liberdade só pode ser alcançada pela democracia tomada como um fim em si mesma. Todavia, revela-se cético quanto às possibilidades de

realizar a liberdade dos antigos no mundo que se avizinha, vale dizer, com as possibilidades da democracia como utopia/topia da comunidade política. Cf. Guéhenno, Jean-Marie (1993). O fim da democracia. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999 e Guéhenno, Jean-Marie (1999). O futuro da liberdade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

4 - As relações entre democracia e sociedade civil constituem um campo já consolidado de estudo que conta com uma vasta bibliografia. Sobre a crítica das formas tradicionais de organização da sociedade civil do ponto de vista da democratização (no sentido “forte” do conceito), entretanto, não há quase nada escrito. De qualquer modo, não se pode deixar de ler alguns textos que originaram concepções de sociedade civil nas quais a democracia foi considerada, implícita ou explicitamente, como manifestação relacionada à determinado tipo de dinâmica da vida social (trata-se, em geral, de textos sobre o conceito de capital social, ou sobre suas manifestações ou, ainda, sobre a sua pré-história). Assim, é recomendável ler Thomas Paine: Direitos do Homem (1791); Tocqueville: A democracia na América (1835-1840); Stuart Mill: Sobre a Liberdade (1859) e Sobre o Governo Representativo (1861); Jane Jacobs: Morte e vida das grandes cidades (1961); James Coleman: "*Social Capital in the creation of Human Capital*" (*in American Journal of Sociology, Supplement 94* (s95-s120), 1998); Robert Putnam: Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna (1993) (o título original era "*Making Democracy Work*", muito mais esclarecedor); Francis Fukuyama: A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social (1999) e

Claus Offe: A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade (1999).

## NOTAS

(1) Cf. Honneth, Axel (1998). “*Democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje*”, (publicado originalmente em “*Political Theory*”, v. 26, dezembro 1998) traduzido na coletânea: Souza, Jessé (org.) (2001). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

(2) Cf. Maturana, Humberto & Verden-Zöllner, Gerda (1993). *Amor y Juego: fundamentos olvidados de lo humano – desde el Patriarcado a la Democracia*. Santiago: Editorial Instituto de Terapia Cognitiva, 1997.

(3) Idem.

(4) Idem-idem.

(5) Idem-ibidem.

(6) Dewey, John (1927). *The Public and its Problems*. Chicago: Gateway Books, 1946 (existe edição em espanhol: *La opinión pública y sus problemas*. Madrid: Morata, 2004).

(7) Dewey, John (1939). “*Creative Democracy: the task before us*” in “*The Essential Dewey: Vol. 1 – Pragmatism, Education, Democracy*”. Indianapolis: Indiana University Press, 1998. (Existe edição em espanhol: *in Liberalismo y Acción Social y otros ensayos*. Valência: Alfons El Magnànim, 1996). Com o título “*Democracia criativa: a tarefa diante de nós*”, há uma tradução desse texto no livro de Franco, Augusto e

Pogrebinschi, Thamy (orgs.) (2008). Democracia cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008.

(8) Cf. Sen, Amartya (1999). A democracia como um valor universal. Disponível em:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/democracia-como-um-valor-universal>

(9) Maturana, Humberto & Verden-Zöllner, Gerda (1993). *Amor y Juego: fundamentos olvidados de lo humano – desde el Patriarcado a la Democracia*. Santiago: Editorial Instituto de Terapia Cognitiva, 1997. Existe tradução brasileira: *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano – do patriarcado à democracia* (São Paulo: Palas Athena, 2004). Trechos da primeira parte do livro estão disponíveis no link:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/conversaes-matrsticas-e-patriarcais>

Cf. também Maturana, Humberto (1993). *La democracia es una obra de arte*. Bogotá: Cooperativa Editorial Magistério, 1993. Disponível em:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/a-democracia-uma-obra-de-arte>

(10) Cf. a conferência proferida por Ralf Dahrendorf (1995), intitulada "Berlim, por exemplo: da zero hora à sociedade civil" in Dahrendorf, Ralf (1997). *Após 1989: moral, revolução e sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.